



A Lei 11.941/09, além de alterar a Lei nº 6.404/76, instituiu o Regime Tributário de Transição ("RTT") para a apuração dos tributos incidentes sobre o lucro e a receita e obrigatório a partir do ano-calendário de 2010. A Sociedade não optou pelo RTT, que determina que para fins fiscais sejam mantidos os métodos e critérios contábeis utilizados pela legislação societária brasileira vigentes até 31 de dezembro de 2007, uma vez que não foram adotadas práticas contábeis que pudessem gerar diferimento de imposto de renda e contribuição social. **14. Partes Relacionadas:** A Companhia possui empregados cedidos pela acionista DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, onde os gastos são integralmente repassados. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados através da contabilização do Passivo Circulante e Não Circulante. A dívida foi ajustada a valor presente.

	31.12.12	Adições/ Transf.	Baixas/ Transf.	31.12.11
Passivo Circulante	1.463.420	6.118.733	7.061.197	2.405.885
Passivo Não Circulante	2.111.934	510.773	1.468.192	3.069.353
	<b>3.575.354</b>	<b>6.629.506</b>	<b>8.529.389</b>	<b>5.475.238</b>

**15. Provisão para Riscos Trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, a título de sucessora da atividade econômica da DERSA, no gerenciamento do Porto de São Sebastião. A Dersa foi operadora do Porto de São Sebastião até o final de 2007, quando a Companhia Docas assumiu as atividades, em conformidade com o Convênio de Delegação firmado entre a União e o Estado de São Paulo. Quando ainda era operadora, a Dersa passou a reestruturar suas atividades portuárias, restringindo a ações mais gerenciais, passando as atividades de movimentação de carga a serem realizadas por operadores portuários previamente cadastrados. Nesse sentido, em 2003 e 2004, a Dersa realizou as demissões imotivadas de vários empregados que estavam vinculados ao Porto de São Sebastião. Os ex-empregados, ingressaram na Justiça Trabalhista e, em sua maioria, conseguiram reintegração em seus antigos postos de trabalho. As decisões judiciais somente ocorreram em 2010 e 2011, quando a Companhia Docas já detinha o gerenciamento do Porto e passou a ter que cumprir as determinações a título de sucessora da atividade econômica da empresa (gerenciamento do Porto de São Sebastião). Como a decisão pelas demissões foi tornada nula, o período de 6 a 7 anos em que estiveram afastados foi reconhecido como devidos

a título de salários. Na elaboração de cálculos para esses casos, tendo em vista que a Companhia Docas passou a ter o quadro da Dersa cedido a partir de janeiro de 2008, consideramos que, em média, a DERSA é responsável por aproximadamente 70% destes valores, restando aproximadamente 30%, que deverá ser desembolso efetivo da Companhia Docas, para o que foi constituída a provisão para contingência no montante de R\$ 1.192.087 (um milhão cento e noventa e dois mil e oitenta e sete reais). **16. Capital Social:** A Companhia possui Capital Autorizado da ordem de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), representado por ações ordinárias nominativas, sendo que R\$ 4.960.000 (quatro milhões, novecentos e sessenta mil reais) encontram-se integralizados. Os recursos financeiros recebidos pelo Acionista Majoritário "Fazenda do Estado de São Paulo", no montante de R\$ 39.764.546 (Trinta e nove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais), estão classificados como "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" composto conforme demonstrado abaixo:

Ano	R\$
2009	1.100.000
2010	5.000.000
2011	6.688.162
2012	26.976.384
Total	39.764.546

**17. Juros Sobre Capital Próprio (JCP):** O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, com alterações do artigo nº 88, da Lei nº 9.430/96, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio, pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo.

	R\$
Juros sobre Capital Próprio - Apurado	70.768
IRRF - 15%	106
Juros sobre Capital Próprio - Líquido do Período	70.662

**18. Cobertura de Seguros:** A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada para cobrir eventuais sinistros envolvendo as instalações da Companhia situadas na região portuária de São Sebastião e na sede da Companhia em São Paulo. As apólices de seguros contemplam riscos contra incêndio, explosão e fumaça, danos elétricos, vendaval, impacto de veículos e que-

da de aeronaves, perda de aluguel, subtração de bens, responsabilidade civil, quebra de vidros, lucros cessantes e danos morais. **19. Resultado Financeiro:** As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pela reversão dos Ajustes a Valor Presente de passivos financeiros. O Resultado Financeiro da Companhia é evidenciado conforme quadro abaixo:

	2012	2011
Receitas Financeiras	341.537	1.047.524
Despesas Financeiras	(487.327)	(299.927)
Resultado Financeiro	(145.790)	747.597

**20. Despesas Administrativas e Custos Operacionais:** Os gastos da Companhia no decorrer do ano estão evidenciados conforme quadro abaixo:

	Despesas Administrativas		Custos Operacionais	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal e Encargos	5.669.530	4.272.161	645.779	71.753
Utilidades	452.968	428.098	697.542	434.236
Serviços de Terceiros	520.378	911.158	1.397.012	1.054.823
Depreciações/Amortizações	227.673	489.895	2.114.201	98.651
Despesas com Ocupação	159.548	115.517	301	-
Cessão de Pessoal	573.462	292.835	4.365.356	4.516.001
Diversos	30.380	18.782	164.802	7.427
	<b>7.633.939</b>	<b>6.528.446</b>	<b>9.384.993</b>	<b>6.182.890</b>

**21. Eventos Subsequentes:** **21.1. Restos a Pagar:** Foram inscritos em "Restos a Pagar", pela Secretaria de Logística e Transportes, os recursos orçamentários referentes às dotações para subscrição de ações, no montante de R\$ 131.235.454 (cento e trinta e um milhões, duzentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais). **21.2. Capital Social:** Autorizada, pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, a convocação da Assembleia Geral para deliberar sobre a alteração do artigo 3º, do Estatuto Social da Companhia, passando o capital subscrito de R\$ 4.960.000,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta mil reais) para R\$ 17.748.161,45 (dezesseite milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos) e o capital autorizado para R\$ 169.000.000 (cento e sessenta e nove milhões de reais).

#### Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da **Companhia Docas de São Sebastião**, abaixo assinados, no exercício de suas atribuições, examinaram o Balanço Geral e demais documentos apensos ao mesmo, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, louvando-se no Parecer dos Auditores Independentes, e tendo constatado

que a documentação atende às normas legais pertinentes refletindo a situação financeira e patrimonial da Companhia, recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 15 de março de 2013.

#### Parecer do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da **Companhia Docas de São Sebastião**, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, tomaram conhecimento do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao exercício anual de 2012 e louvando-se no Parecer da Auditoria Independente, bem como

do Conselho Fiscal, deliberaram que as referidas peças estão formalmente em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 19 de março de 2013.

Diretoria
<b>Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho</b> Diretor Presidente
<b>Carlos Roberto Ruas Júnior</b> Diretor de Administração e Finanças
<b>Alfredo Mariano Bricks</b> Diretor de Gestão Portuária

Conselho de Administração
<b>Saulo de Castro Abreu Filho</b> - Presidente
<b>Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho</b>
<b>João Germano Böttcher Filho</b>
<b>Roberto Yoshikazu Yamazaki</b>
<b>José Geraldo Siqueira Vantine</b>
<b>Agnaldo Rodrigues da Silva</b>

Conselho Fiscal
<b>Marilda Anuniação Ferreira</b>
<b>Marta Regina Viscome Rodrigues</b>
<b>Sinésio Pires Ferreira</b>
<b>Reynaldo Aben-Athar de Sousa</b>
<b>Samir Toledo da Silva</b>
<b>Ilza do Carmo</b> - CRC-SP 131.994/O-8 / CPF 064.970.388-09

#### Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Conselheiros da **Companhia Docas de São Sebastião**. Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Docas de São Sebastião, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração Sobre as Demonstrações Contábeis:** A administração da Companhia Docas de São Sebastião é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações

contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utiliza-

das e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins comparativos, foram por nós revisadas e emitimos Parecer dos Auditores, sem ressalva, datado de 14 de fevereiro de 2013. São Paulo, 14 de fevereiro de 2013. **LCZ Auditores** - CRC nº 2SP021267/O-3, **José Paulo de Castro** - CRC nº 1SP145661/O-2